



O USO DA VERDADE EM AUTORES DIVERSOS E O DEVER DE COMBATER O ERRO NA PRÓPRIA COMUNHÃO¹ A PRIMAZIA DA VERDADE SOBRE A FILIAÇÃO DOUTRINÁRIA

 SOUSA, Plínio².

RESUMO: O artigo examina a aparente tensão entre reconhecer a verdade em autores de diferentes tradições teológicas e filosóficas e combater rigorosamente o erro doutrinário dentro da própria comunhão. Sustenta-se que não há contradição entre essas atitudes quando se distingue a apropriação material da verdade da aprovação formal de um sistema. Toda verdade procede de Deus e, por isso, pode ser reconhecida onde quer que seja encontrada, sem que isso implique a aceitação dos erros de seu autor. O artigo distingue ainda a iluminação intelectual da graça salvífica e demonstra que o erro dentro da própria comunhão possui especial gravidade pastoral, sobretudo quando se apresenta sob linguagem ortodoxa. Por fim, distingue-se a consulta crítica a autores históricos da promoção pública de mestres contemporâneos, afirmando que a fidelidade à verdade exige tanto discernimento para receber o que é verdadeiro quanto firmeza para rejeitar e combater o erro.

Palavras-chave: Verdade; erro doutrinário; discernimento; graça salvífica; falsos mestres; tradição reformada.

ABSTRACT: *The article examines the apparent tension between recognizing truth in authors from different theological and philosophical traditions and rigorously combating doctrinal error within one's own communion. It argues that there is no contradiction between these attitudes when the distinction between the material appropriation of truth and the formal approval of a system is maintained. All truth proceeds from God and may therefore be recognized wherever it is found, without implying acceptance of the errors of its author. The article also distinguishes intellectual illumination from saving grace and argues that error within one's own communion possesses particular pastoral gravity, especially when it presents itself through orthodox language. Finally, it distinguishes critical consultation of historical authors from the public promotion of contemporary teachers, affirming that fidelity to truth requires both discernment to receive what is true and firmness to reject and combat error.*

Keywords: *Truth; doctrinal error; discernment; saving grace; false teachers; reformed tradition.*

¹ DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.22651317> — Para manter a uniformidade formal e a organização do texto, adotou-se, ao longo deste artigo, o padrão de parágrafos com extensão aproximada de cinco a dez linhas. Exceções poderão ocorrer quando a natureza do argumento, a citação de fontes ou a estrutura lógica da exposição assim o exigirem.

² Fundador, Reitor e Docente do Instituto Reformado Santo Evangelho (IRSE), Fundador e Diretor-Geral da Editora Reformada Santo Evangelho (ERSE) e Fundador e Diretor de Jornalismo do Jornal Vetera (JV), onde também atua como Jornalista (DRT 0013576/DF). É Bacharel, Mestre e Doutor em Teologia, Licenciado em Pedagogia, além de possuir pós-graduações em Teologia, Docência do Ensino Superior, Gestão de Organizações Educacionais, Ciências da Religião, Didática e Metodologia para o Ensino de Língua Portuguesa e Direito Constitucional. Atualmente, cursa Licenciatura em Letras (Português e Inglês), especializações em Filosofia e Teologia Sistemática, bem como estudos de Língua Latina. Dedica-se ao ensino, à pesquisa e à produção intelectual nas áreas de Educação Clássica, Filosofia e Teologia. E-mail: reitoria@irse.com.br

1. INTRODUÇÃO

Entre muitos cristãos surge, por vezes, uma aparente tensão intelectual: — como pode alguém ler e até recomendar certos autores de tradições teológicas diferentes — por exemplo, escritores católicos ou filósofos não protestantes — e, ao mesmo tempo, combater com veemência mestres que se encontram dentro do próprio campo protestante? À primeira vista, tal atitude pode parecer incoerente. Contudo, quando se introduzem algumas distinções clássicas da Teologia e da Filosofia, o problema desaparece. A questão não é de incoerência, mas de ordem e de prioridade.

2. A VERDADE PERTENCE A DEUS

O primeiro princípio a ser estabelecido é que a verdade pertence a Deus e pode ser encontrada mesmo entre aqueles que erram em muitos pontos. Esta convicção não é moderna; ela atravessa toda a tradição cristã. Como declara o Apóstolo em 1 João 5:20: — “Sabemos que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento para conhecermos aquele que é verdadeiro”. A antiga máxima escolástica afirma: — “omne verum, a quocumque dicatur, a Spiritu Sancto est” — “toda verdade, dita por quem quer que seja, procede do Espírito Santo”. Isso significa que uma proposição verdadeira não deixa de ser verdadeira apenas porque foi pronunciada por alguém que, em outros aspectos, erra. Como bem observa Santo Agostinho em “De Doctrina Christiana”:

“Não; antes, que todo cristão verdadeiro compreenda que, onde quer que a verdade seja encontrada, ela pertence ao seu Mestre. E, embora reconheça e aceite a verdade — ainda que apareça em escritos de natureza religiosa fora da fé cristã —, rejeite as fantasias da superstição e entristeça-se pelos homens que, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus nem lhe deram graças. Antes, tornaram-se vãos em seus raciocínios, e o seu coração insensato se obscureceu. Dizendo-se sábios, tornaram-se loucos e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens semelhantes ao homem corruptível, às aves, aos quadrúpedes e aos répteis (Romanos 1:21 – 23)³”.

E mais, diz Agostinho:

“Além disso, se aqueles que são chamados filósofos — especialmente os platônicos — disseram algo que seja verdadeiro e esteja em harmonia com a nossa fé, não devemos apenas deixar de rejeitá-lo, mas antes reclamá-lo para nosso próprio uso, tirando-o daqueles que o possuem de modo ilegítimo. Pois, assim como os egípcios possuíam não somente os ídolos e os pesados fardos que o povo de Israel odiava e dos quais fugiu, mas também

³ A Doutrina Cristã, II, 18.28 — <https://www.newadvent.org/fathers/12022.htm>. E Agostinho aplica isso ao uso prudente das ciências e da sabedoria pagã pelos cristãos.

vasos e ornamentos de ouro e de prata, bem como vestes, que o mesmo povo, ao sair do Egito, apropriou para si, destinando-os a um uso melhor — não fazendo isso por sua própria autoridade, mas por mandamento de Deus — sendo os próprios egípcios, em sua ignorância, aqueles que lhes forneciam coisas das quais eles mesmos não faziam bom uso; da mesma forma, todos os ramos do saber pagão contêm não apenas fantasias falsas e supersticiosas e pesados fardos de trabalho desnecessário, que cada um de nós, ao sair da convivência dos pagãos sob a liderança de Cristo, deve aborrecer e evitar; mas contêm também instruções liberais mais adequadas ao serviço da verdade, bem como alguns excelentes preceitos de moralidade, e até mesmo certas verdades relativas ao culto do Deus único podem ser encontradas entre eles. Essas coisas são, por assim dizer, o seu ouro e a sua prata, que eles não criaram por si mesmos, mas extraíram das minas da providência de Deus, as quais estão espalhadas por toda parte, e que perversamente e de modo ilícito prostituem ao culto dos demônios. Essas, portanto, o cristão, ao separar-se em espírito da miserável comunhão desses homens, deve retirar deles e dedicar ao seu devido uso na pregação do Evangelho. Também as suas vestes — isto é, as instituições humanas que são apropriadas para o convívio com os homens, indispensável nesta vida — devemos tomar e converter para um uso cristão⁴.

3. A APROPRIAÇÃO DA VERDADE E A APROVAÇÃO DO SISTEMA

Por essa razão, ao longo da história, teólogos reformados, escolásticos e puritanos frequentemente recorreram a autores de diferentes tradições quando encontravam neles alguma formulação verdadeira ou útil. Assim, ler um autor como Tomás de Kempis, especialmente em sua obra-prima “A Imitação de Cristo” (*De imitatione Christi*), ou um teólogo medieval como Hugo de São Vítor, notadamente em seu tratado “*Didascalicon de studio legendi*” (Sobre o Estudo da Leitura e da Sabedoria), não implica adesão ao sistema teológico completo desses escritores.

O mesmo se pode dizer no campo filosófico ao consultar reflexões de Arthur Schopenhauer, particularmente em “O Mundo como Vontade e Representação” (*Die Welt als Wille und Vorstellung*), ou, em matéria de disciplina intelectual e espiritualidade do estudo, ao aproveitar observações de Antonin-Dalmace Sertillanges, sobretudo em “A Vida Intelectual” (*La vie intellectuelle: son esprit, ses conditions, ses méthodes*). O que ocorre nesses casos é simplesmente “a apropriação daquilo que neles é verdadeiro”. Aqui surge uma distinção essencial da tradição escolástica: — “apropriação material da verdade e aprovação formal de um sistema”.

A apropriação material da verdade consiste em reconhecer e receber uma proposição verdadeira onde quer que ela apareça. “Já a aprovação formal de um sistema consiste em adotar aquele autor como mestre e aceitar integralmente a estrutura teológica ou filosófica que ele propõe com seus

⁴ A Doutrina Cristã, II, 40.60 — <https://www.newadvent.org/fathers/12022.htm>.

erros”. São atos distintos. O primeiro pertence ao discernimento intelectual; o segundo pertence à adesão doutrinária. Como ensina Tomás de Aquino na Suma Teológica: — “Toda verdade, seja qual for a pessoa que a profere, provém do Espírito Santo, que nos concede a luz natural e nos move a compreender e a proclamar a verdade, mas não como algo que habita em nós pela graça santificante, ou como um dom habitual acrescentado à natureza.

Pois isso só ocorre com relação a certas verdades que são conhecidas e proclamadas, e especialmente com relação àquelas que dizem respeito à fé, das quais o Apóstolo fala⁵”. Toda verdade genuína (seja científica, filosófica, moral ou cotidiana) tem origem em Deus. Mesmo se dita por um pagão, ateu, herege ou pecador, não perde seu caráter de verdade por causa de quem a pronuncia. Deus é a Verdade em si (*veritas prima*), e toda verdade participada (verdades finitas) deriva dEle.

4. A ILUMINAÇÃO INTELECTUAL E A GRAÇA SALVÍFICA

O Espírito Santo é o agente principal aqui porque Ele é o dom da iluminação intelectual e o motor da busca e proclamação da verdade (conferir também 1 Coríntios 12:3: — “Ninguém pode dizer ‘Jesus é Senhor’ senão no Espírito Santo”, que Tomás usa para estender o princípio). Mas, como o Espírito Santo age nisso? A Luz Natural refere-se à razão natural (*lumen naturale intellectus*), que todo ser humano possui por criação. É a capacidade inata de conhecer verdades (exemplo, princípios primeiros como “o todo é maior que a parte”, leis morais básicas, verdades científicas).

O Espírito Santo pode iluminar o intelecto humano, na ordem da Providência comum, para que compreenda e até exponha a verdade; contudo, tal operação é transitória e não implica habitação salvífica nem renovação interior. A distinção adequada estabelece-se entre “operação comum do Espírito” e “graça eficaz”, pela qual Deus chama, regenera e santifica os eleitos. O Espírito não habita no homem natural; sua habitação é própria dos regenerados, decorrente da união com Cristo, não como qualidade infundida na alma, mas como presença pessoal e pactual. A renovação interior que daí procede pertence à santificação e não constitui o fundamento da aceitação diante de Deus.

Nem como um dom habitual acrescentado à natureza: — “não é um hábito permanente (como a fé dada aos eleitos)”. Em vez disso, trata-se de uma moção transitória (*auxilium divinum, impulsus*): — “Deus move o intelecto e a vontade de forma passageira, para um ato concreto de conhecimento ou proclamação da verdade”. Isso vale para qualquer verdade, mesmo natural (exemplo, um filósofo pagão descobre uma verdade ética ou metafísica por moção divina). Por essa razão, John Owen afirma

⁵ Suma Teológica, I – II, q. 109, a. 1, ad 1.

que “há uma iluminação que não salva”. Há uma “iluminação”, conforme Owen, que não leva à salvação. “Ela não transforma a vontade daquele que a comunica, nem lhe concede verdadeiro deleite e satisfação nas realidades espirituais; tais efeitos pertencem somente àqueles que, por meio desses homens — os quais, mesmo carecendo da iluminação salvadora — tornam-se instrumentos na transmissão dessas verdades.

Estes, porém, são edificados porque as recebem sob a operação da graça santificante, isto é, da graça salvífica, que neles produz profunda transformação do entendimento e do coração, ainda que tenham recebido a verdade por meio de vasos desprezíveis”. O entendimento pode ser tocado por certo conhecimento, mas não passa a deleitar-se em Deus nem a encontrar nEle sua satisfação⁶. “Falta-lhe a percepção espiritual da glória da graça divina”, segundo Owen.

5. A VERDADE NOS LÁBIOS DOS ÍMPIOS

Tal iluminação na mente de tais homens tampouco purifica a consciência das obras mortas para que se sirva ao Deus vivo (Hebreus 9:14). O que ela realiza é apenas convencer a alma do pecado e levá-la a reprovar muitas coisas que antes aprovava de coração; por essa razão, não é raro observar homens ímpios que, exteriormente, manifestam vida moral ou até certa aparência de virtude.

Essa iluminação pode ainda agir sobre os afetos, despertando temor, tristeza, alegria ou algum deleite religioso — aquilo que alguns chamam de uma vida “espiritualizada”. Contudo, tais afetos não são firmados nas realidades celestiais (Colossenses 3:1, 2). Ela não mortifica os desejos perversos nem enche o coração com a verdadeira alegria do céu. O que frequentemente produz é apenas uma reforma externa da vida e uma aparência de piedade.

Ora, para Satanás, a moralidade exterior jamais constituiu obstáculo; muitas vezes ele mesmo a fomenta. A Escritura oferece exemplos claros. “Balaão, por exemplo, podia apresentar-se como agente moral e até proferir palavras verdadeiras, mas em seu íntimo rejeitava a autoridade do Deus de Israel, e somente Deus podia julgar plenamente tal disposição secreta”. De modo semelhante, houve aqueles que pregavam um Evangelho verdadeiro em sua formulação doutrinária, mas o faziam por espírito de contenção (*eritheía*⁷), e não por sincera devoção.

⁶ Cf. Romanos 6:17; 12:2; 1 Coríntios 2:13 – 15; 2 Coríntios 3:18; 4:6.

⁷ O termo grego “*eritheía*” (ἐριθεία) designa, em seu sentido original, a busca de seguidores ou partidários por meio de favores, vantagens ou interesses pessoais. Daí deriva o significado mais amplo de ambição egoísta, rivalidade facciosa e espírito partidário. Etimologicamente, procede do verbo “*eritheuō*”, que indica o trabalho realizado apenas por salário, como o de um mercenário. Por essa razão, o termo passou a expressar a ideia de agir movido por interesse próprio, como quem serve não por fidelidade à verdade ou ao bem comum, mas por ganho pessoal. No uso do grego antigo, “*eritheía*”

Todavia, segundo John Owen, permanecem nesse tipo de iluminação três grandes deficiências, as quais os regenerados podem facilmente discernir.

O primeiro é que ela permite a continuidade da ira e do predomínio dos pecados de ignorância, como fez com Paulo antes da sua conversão.

O segundo é que a reforma de vida, a que a pessoa é estimulada a alcançar, raramente leva ao abandono de todos os pecados conhecidos, a não ser que a alma esteja temporariamente empenhada numa flagrante busca de autojustiça.

O terceiro é que essa reforma de vida, embora possa ser forte a princípio, logo fenece e murcha. Deixando as pessoas, por fim, como esqueletos espirituais.

6. A VERDADE, SEU USO E SEUS EFEITOS NA PROVIDÊNCIA

“Assim, quando alguém lê autores de outras tradições, pode fazê-lo de maneira crítica e discernida, reconhecendo que tais homens podem possuir apenas esse tipo de iluminação não-salvífica. Recebe-se, portanto, apenas aquilo que é verdadeiro em suas palavras ou escritos, sem assumir integralmente sua autoridade doutrinária, mas acolhendo unicamente a verdade que, por providência de Deus, aparece em seus lábios ou conteúdos”.

É como uma tentativa de apropriação indevida: — “Deus não permite que a verdade seja ‘roubada’ por aqueles que a proferem perversamente. Ainda que seja pronunciada por lábios indignos, a verdade permanece pertencendo a Deus, e não ao homem que a enuncia mal; e, sendo a verdade propriedade divina, Ele a faz penetrar somente no coração regenerado, conforme o beneplácito de sua vontade”. Essa é uma das joias da Teologia humildemente estabelecida: — “permite ao cristão valorizar a verdade onde quer que ela apareça (ciência, filosofia pagã etc.), sem sincretismo, porque toda verdade é de Deus”.

O mesmo anúncio da verdade produz efeitos opostos conforme o desígnio soberano de Deus: — “vida para uns e condenação para outros”. O Apóstolo declara: — “Porque para Deus somos o bom cheiro de Cristo, nos que se salvam e nos que se perdem. Para estes, certamente, cheiro de morte para morte; mas para aqueles, cheiro de vida para vida” (2 Coríntios 2:15, 16). Aqui se vê claramente que a mesma verdade proclamada — o Evangelho de Cristo — não possui um único efeito universal

descreve precisamente essa atitude de autopromoção interesseira: — a disposição de buscar influência, prestígio ou seguidores sem consideração pela discórdia e divisão que tal conduta produz. Assim, trata-se de uma ambição que coloca o interesse pessoal acima daquilo que Deus declara ser justo e acima do bem do próximo, caracterizando um espírito faccioso que promove contendas e rivalidades.

na experiência humana. Sob a providência divina, ela opera salvação nos eleitos e juízo nos que permanecem em incredulidade. A verdade é uma só, mas o efeito é duplo: — “graça para uns, endurecimento para outros”.

O próprio Cristo também descreve esse princípio quando explica o uso das parábolas: — “Por isso lhes falo por parábolas; porque eles, vendo, não veem; e, ouvindo, não ouvem nem compreendem. E neles se cumpre a profecia de Isaías, que diz: — Ouvindo, ouvireis, mas não compreendereis; e, vendo, vereis, mas não percebereis” (Mateus 13:13, 14). “Assim, a verdade proclamada pode tornar-se instrumento de iluminação para o povo de Deus e, ao mesmo tempo, ocasião de endurecimento e condenação para aqueles que a rejeitam. Por essa razão, não é raro que recebamos a verdade até mesmo de lábios impuros e, ainda assim, sejamos edificados por ela; enquanto aqueles que a transmitem permanecem muitas vezes em sua própria incredulidade. A mesma verdade que nos instruiu, edificou e promoveu crescimento espiritual pode servir, para eles, como testemunho de condenação. Disso se evidencia que a verdade não pertence ao homem que a pronuncia, mas verdadeiramente ao Senhor, que a aplica segundo o conselho de sua própria vontade”.

O mesmo sol que derrete a cera endurece o barro. A verdade permanece divina; os efeitos, porém, são determinados pelo juízo e pela graça de Deus. Outra passagem encontra-se em Deuteronômio, onde Deus distingue o uso correto da criação para Israel e o uso idólatra permitido entre as nações. O texto declara: — “Guarda-te que não levantes os teus olhos aos céus, e vejas o sol, e a lua, e as estrelas, todo o exército dos céus, e sejas impelido a que te inclines perante eles, e os sirvas; coisas que o SENHOR teu Deus ‘repartiu a todos os povos’ debaixo de todos os céus” (Deuteronômio 4:19).

O contraste aparece logo em seguida: — “Mas o SENHOR vos tomou, e vos tirou da fornalha de ferro, do Egito, para que lhe sejais por povo de herança, como neste dia se vê” (Deuteronômio 4:20). O sentido teológico do texto é profundo. O sol, a lua e as estrelas são criaturas verdadeiras de Deus, estabelecidas por Ele para governar os tempos e iluminar o mundo (cf. Gênesis 1:14 – 18). Entretanto, entre as nações, Deus permitiu que esses mesmos elementos fossem tomados como objetos de culto. Já para Israel, eles não deveriam ser deuses, mas sinais da ordem criada, servindo para marcar tempos, dias e estações.

Assim, o mesmo elemento criado possui dois usos distintos na história da providência divina: — “para as nações, ocasião de idolatria; para o povo de Deus, instrumento legítimo da ordem criada”. A realidade é a mesma, mas o efeito e o uso são diferentes conforme o propósito de Deus. Esse princípio harmoniza-se com o argumento anterior: — “a verdade permanece pertencendo a Deus, e Ele a emprega de modos distintos em sua providência — para abençoar e iluminar o seu povo, ou

para deixar outros em seus próprios caminhos”. Notemos, pois, que a verdade não pertence ao homem nem pode ser por ele controlada; daí a serenidade com que a recebemos, venha ela de quem vier, certos de que pertence unicamente ao Deus Criador e Salvador.

7. AMIGO PLATÃO, MAS MAIS AMIGA A VERDADE

“Essa prática de receber a verdade, reconhecendo que ela pertence unicamente a Deus, não é sinal de confusão, mas antes expressão de maturidade intelectual, de reto discernimento e de verdadeira consciência metafísica”. Parafraseando o pensamento de Aristóteles: — “o sábio que busca a verdade nas coisas mesmas, sem se prender à autoridade de quem a pronuncia, pois, como ele indica, onde há amizade de ambos os lados (com Platão e com a verdade), é justo preferir a verdade”.

Essa ideia aparece especialmente na *Ética a Nicômaco*⁸, onde Aristóteles critica a teoria das Ideias de Platão e declara que, embora ambos sejam amigos, “é sagrado honrar mais a verdade” — em grego, “amphoteris philois ousin hosion protiman ten aletheian” — “sendo ambos amigos, é piedoso preferir a verdade”. A tradição posterior sintetizou isso na máxima latina, “Amicus Plato, sed magis amica veritas⁹” — “Platão é amigo, mas mais amiga é a verdade”, amplamente atribuída a Aristóteles desde a Idade Média (embora não seja literal dele, deriva diretamente desse trecho da *Ética a Nicômaco*¹⁰).

8. O PERIGO DO ERRO DENTRO DA PRÓPRIA COMUNHÃO

Entretanto, outro princípio igualmente importante deve ser considerado: — “o erro dentro da própria comunhão é mais perigoso que o erro externo ou passado”. A razão é pastoral e eclesiológica; diz respeito também ao quinhão próprio do intelectual em relação ao seu tempo. Cabe-lhe vigiar para

⁸ Livro I, capítulo 6, 1096a11 – 15.

⁹ Opus Majus, Pars I, cap. v. A máxima “Amicus Plato, sed magis amica veritas” significa “Platão é meu amigo, mas a verdade é uma amiga ainda maior”. Ela é tradicionalmente atribuída a Aristóteles, conforme comentadores medievais e renascentistas como Roger Bacon, baseando-se em passagens da *Ética a Nicômaco* (1096a11 – 15).

¹⁰ “Talvez seja melhor examinarmos o bem universal e investigar cuidadosamente o que se quer dizer com ele, embora tal investigação se torne difícil pelo fato de que as Formas foram introduzidas por amigos nossos. Contudo, talvez se considere melhor — e até nosso dever —, em favor da preservação da verdade, destruir mesmo aquilo que nos é próximo, sobretudo sendo nós filósofos ou amantes da sabedoria; pois, embora ambos nos sejam caros, a piedade exige que honremos a verdade acima dos nossos amigos” — <https://classics.mit.edu/Aristotle/nicomachaen.1.i.html> (*Ética a Nicômaco*, Livro I, Capítulo 6, Parágrafo I).

que erros e heresias não se consolidem e passem a integrar o patrimônio histórico–doutrinário das gerações futuras. O erro que provém de fora, em geral, é prontamente reconhecido como tal; não goza da mesma autoridade entre os fiéis e carece do disfarce que lhe daria maior poder de engano. Quando se leem autores católico–romanos, por exemplo, eles já são recebidos sob essa identificação previamente definida — papistas, romanistas, mariólatras, pertencentes àquilo que qualificamos como a Babilônia espiritual sob o governo do Anticristo.

Diversa é a situação do erro que surge no interior da própria comunhão de fé. Este tende a apresentar-se revestido de linguagem ortodoxa e aparência de fidelidade à verdade. Por essa razão, possui maior capacidade de confundir, seduzir e desviar os fiéis, precisamente porque se oculta sob a forma da própria ortodoxia que afirma representar. Não é raro encontrar mestres arminianos que combatem os papistas por suas idolatrias, enquanto, ao mesmo tempo, comprometem a doutrina da salvação ao enfraquecer a eficácia da obra consumada de nosso Senhor Jesus Cristo, propagando uma doutrina que, historicamente, foi rejeitada e condenada como heresia pela tradição reformada no Sínodo de Dort (1618 – 1619), sendo então descrita como uma forma de “pelagianismo ressuscitado”.

Dort declarou que, em reação aos Artigos e Opiniões arminianas e remonstrantes, Armínio e os Remonstrantes: — “fazem ressurgir do inferno o erro pelagiano. Afirmaram que o Arminianismo engana os simples, é uma invenção do cérebro humano, é um erro pernicioso, cheira a Pelágio, se opõe a toda a Escritura, é erro grosseiro, milita contra a experiência dos santos e é contrário à Escritura, contradiz a Escritura, tenta dar ao povo o veneno mortal do Pelagianismo, contradiz o Apóstolo e contradiz o Salvador, é um insulto à sabedoria de Deus, se opõe aos claros testemunhos da Escritura, é um ensino inteiramente pelagiano e contrário a toda a Escritura”.

Os cristãos devem saber que “a Igreja primitiva já condenou esta doutrina há muito tempo nos pelagianos, é evidentemente pelagiana, e anula a própria graça da justificação e regeneração¹¹”. Como pode um reformado unir-se a mestres arminianos sob a aparência de defender a verdade? É um ato de cegueira doutrinária! Tal conduta demonstra incapacidade de discernir entre a verdade preservada pela tradição reformada e os erros que historicamente foram condenados. Não há justificativa legítima para aliar-se a quem compromete a obra consumada de Cristo, mesmo que se busque, aparentemente, uma defesa da fé. “Isso não se configura como apropriação intelectual; não é o mesmo que se dar ao ler um livro de um autor católico medieval ou de um filósofo pagão que contenha verdades.

Nessa leitura, conduzida com critério e separação doutrinária e histórica, retém-se unicamente a verdade que pertence a Deus, ao passo que se rejeitam continuamente e se condenam as falsidades

¹¹ “Uma Praga Doutrinária do Século XXI — O Arminianismo” — <https://santoevangelho.com.br/uma-praga-doutrinaria-do-seculo-xxi-o-arminianismo-2/>

do autor. Além disso, não há qualquer promoção pública, pois tais autores não pertencem ao nosso tempo; a rejeição decorre da clara distinção entre proposições verdadeiras e falsas”. Não há união com o erro, nem consentimento com doutrinas falsas ou heréticas; acolhe-se exclusivamente aquilo que procede de Deus, e não o que nasce do engenho humano. A Escritura, de fato, reconhece que lampejos de verdade podem ser encontrados até entre os pagãos, como em Atos 17:28¹², mas jamais autoriza que, sob tal pretexto, se estabeleça comunhão com falsos mestres para supostamente defender a verdade.

9. O DEVER DE COMBATER O ERRO E SEPARAR-SE DO HEREGE

Antes, o mandamento é de separação. “Não vos associeis com aquele que, dizendo-se irmão, for devasso, ou avarento, ou idólatra, ou maldizente, ou beberão, ou roubador; com o tal nem ainda comais” (1 Coríntios 5:11). Do mesmo modo: — “Ao homem herege, depois de uma e outra admoestação, evita-o” (Tito 3:10); e ainda: — “Destes afasta-te”, referindo-se àqueles que “têm aparência de piedade, mas negam a eficácia dela” (2 Timóteo 3:5).

A Palavra divina insiste neste princípio mesmo quando se trata de professores irmãos: — “Se alguém vem ter convosco, e não traz esta doutrina, não o recebais em casa, nem tampouco o saudeis; porque quem o saúda tem parte nas suas más obras” (2 João 1:10, 11). Igualmente: — “Se alguém não obedecer à nossa palavra por esta epístola, notai-o, e não vos mistureis com ele, para que se envergonhe” (2 Tessalonicenses 3:14). E, por fim: — “Rogo-vos, irmãos, que noteis os que promovem dissensões e escândalos contra a doutrina que aprendestes; desviai-vos deles. Porque os tais não servem a nosso Senhor Jesus Cristo, mas ao seu ventre; e, com suaves palavras e lisonjas, enganam os corações dos simples” (Romanos 16:17, 18).

Assim, a norma apostólica é inequívoca: — discernir, admoestar e, persistindo o erro, separar-se, não por espírito faccioso, mas por zelo pela verdade e pela santidade da Igreja. De modo semelhante, há também aqueles que sustentam erros graves — como a negação da subsistência consciente da alma após a morte (Aniquilacionismo¹³) — e, ainda assim, “pastores” que se dizem

¹² “Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos; como também alguns dos vossos poetas disseram: — Pois somos também geração dele”.

¹³ Essa crença é compartilhada, entre outras denominações, pelas seitas anabatistas e adventistas, fundamentando-se na ideia de que a punição eterna dos pecadores, sustentada por outras tradições doutrinárias, seria incompatível com o caráter amoroso e justo do Deus cristão. Tal posição, entretanto, se opõe diretamente às palavras de Cristo, que afirma a eternidade do inferno: — “E irão estes para o castigo eterno, mas os justos para a vida eterna” (Mateus 25:46) e “E, se teu pé te escandalizar, corta-o; melhor é entrares na vida aleijado, do que, tendo dois pés, seres lançado no fogo eterno” (Mateus 18:8).

“reformados” unem-se a esses em campanhas apoloéticas, sob a pretensão de defender a ortodoxia cristã contra os papistas.

Ainda há outros que, sob o título de mestres da doutrina reformada, procedem com indevida brandura para com aqueles que, de modo manifesto, corrompem a doutrina apostólica por meio de heresias perniciosas. Chega-se ao ponto de lhes conferir tratamento honorífico, chamando-os de irmãos, ou mesmo de pastores e reverendos, quando, em tempos mais sóbrios, seriam reconhecidos pelo que de fato são: — inimigos da cruz de Cristo, vigaristas e hereges.

Assim, homens que outrora seriam evitados por amor à verdade são hoje recebidos como companheiros, inclusive como oficiais, em programas de debate que, longe de edificar, prestam desserviço ao Evangelho, ao nivelarem a verdade e o erro sob a aparência de legítima controvérsia. E, se alguém objetar que tais debates produzem edificação ou aprendizado, cumpre responder que tal impressão não passa de aparência de piedade. Não há ensino verdadeiramente sadio que proceda de contextos nos quais a verdade é relativizada e o erro é tratado com deferência. E, ainda que algum proveito accidental se alegue, permanece o princípio: — Deus, se assim quiser, pode comunicar sua verdade até por instrumentos indignos, como outrora falou por meio de um jumento, o que em nada legitima o meio, mas antes evidencia a Providência divina sobre ele.

10. CONSULTA INTELECTUAL NÃO É PROMOÇÃO PÚBLICA

Os calvinistas, em sua ampla maioria, no contexto brasileiro, contribuíram para uma reabilitação indevida do Arminianismo, concedendo-lhe espaço e força quando o dever seria antes instruir a Igreja de que tal heresia já foi devidamente refutada e condenada. Em lugar de guardarem a distinção necessária entre verdade e erro, colocaram-no, na prática, ao nível de paridade com a doutrina bíblica. Tal proceder não se explica por pertinácia sincera pela verdade, mas antes por motivações inferiores — vaidade, projeção e interesses pragmáticos —, pelas quais a verdade eterna foi subordinada às ambições humanas. E, como consequência, abre-se espaço até mesmo para formas mais graves de heresia, como o Pelagianismo em suas expressões mais extremadas, bem como para um trato indevidamente cordial com seus propagadores, cuja doutrina, por sua própria natureza, se opõe frontalmente à graça onipotente e soberana e à verdade do Evangelho.

Chegou-se, assim, ao ponto de aqueles que se mantêm fiéis à doutrina apostólica serem taxados de hereges e comparados a seitas, precisamente por movimentos que, eles mesmos, se afastam da ortodoxia. Trata-se de uma inversão manifesta, fruto de confusão teológica fomentada por debates

desordenados e pela frouxidão doutrinária de supostos defensores da fé. O quadro é, de fato, profundamente desordenado. É como se, ao denunciar um erro patente, o acusador fosse tido por culpado, enquanto o erro é protegido e até legitimado. Há aqui uma subversão da ordem: — “o falso é amparado, e o verdadeiro é atacado”. Tal estado não surge por acaso, mas é efeito direto da negligência no trato da verdade e da perda do senso de distinção que sempre caracterizou a Teologia fiel e a reta ordenação da propagação do bem e da verdade, excluindo, por princípio, toda forma de diletantismo.

Seguimos a orientação de homens verdadeiramente piedosos, como Ames, que ensina em suas teses 37 – 40: — “No juízo há informação e reforma da mente. Informação é a demonstração de alguma verdade. Reforma é a refutação de algum erro. Contudo, embora toda verdade possa ser ensinada em alguma ocasião, nem todo erro deve ser refutado em todo lugar. Pois as heresias antigas, onde já estão sepultadas, não devem ser desenterradas novamente para que sejam refutadas; nem as blasfêmias ímpias devem ser repetidas com facilidade. Isso perturba e ofende, especialmente quando são solenemente nomeadas, explicadas e refutadas¹⁴”.

À luz desse princípio, o estado atual revela uma dupla falha. Não há verdadeira informação, pois a demonstração da verdade é relativizada ao se conceder legitimidade ao herege e à sua heresia. Tampouco há reforma da mente, visto que se negligencia a refutação ordenada do erro, procedimento que, quando corretamente exercido, visa à glória de Deus e à pureza da Igreja. O que se observa, antes, é o oposto do conselho de Ames: — “desenterram-se erros já sepultados, não para encerrá-los com sobriedade, mas para reintroduzi-los no debate público; repetem-se blasfêmias com facilidade, revestindo seus proponentes de títulos honoríficos, irmãos, amigos, reverendos, como se o erro pudesse coexistir pacificamente com a verdade.

Tal prática perturba e ofende, sobretudo quando essas matérias são tratadas solenemente, como se houvesse legitimidade no que é, por natureza, corruptor”. O dever, entretanto, permanece claro: — “não fomentar controvérsias vãs, mas propagar e estabelecer a verdade com diligência, formando homens e mulheres na piedade, segundo a reta doutrina, sem concessões ao erro e sem diletantismo no trato das coisas divinas”.

Unir-se a hereges com o propósito de combater doutrinas papistas constitui manifesta incoerência. Para ilustrar, de modo deliberadamente forte, o caráter dessa contradição, “seria como alguém aliar-se a estupradores para proteger mulheres de violência doméstica, ou a pedófilos para defender os direitos das crianças: — uma associação moralmente absurda, na qual o fim alegado não

¹⁴ AMES, William. A Medula da Sagrada Teologia. Capítulo 35 – Dos Ministros Ordinários e de seu Ofício na Pregação, teses 1 a 70, p. 180 – 184.

justifica a parceria com aqueles que, por sua própria condição, comprometem gravemente a verdade e a justiça”.

Tal fenômeno revela um dos traços mais problemáticos da apologética contemporânea: — “a tentativa de preservar uma aparência de pureza doutrinária mediante alianças inconsistentes e diabólicas, nas quais erros substanciais são relativizados em nome de batalhas comuns. Essa postura assume frequentemente a forma de duplicidade: — combate-se um erro quando se está entre determinados interlocutores, mas tolera-se ou minimiza-se outro erro igualmente grave quando se está entre aliados diferentes”. A Escritura já expôs essa tensão quando o Apóstolo Paulo resistiu publicamente ao Apóstolo Pedro devido à sua incoerência prática, conforme narrado em Gálatas 2:11 – 14. Esse episódio evidencia que a fidelidade à verdade requer consistência doutrinária e moral, não se limitando a uma oposição seletiva a determinados erros.

10. A VIGILÂNCIA CONTRA O ERRO DISFARÇADO

A própria Escritura evidencia essa preocupação ao dirigir severas advertências contra falsos mestres que se levantam dentro da Igreja. Como o Apóstolo Paulo alerta aos presbíteros de Éfeso em Atos 20:29, 30: — “Eu sei que, depois da minha partida, lobos vorazes penetrarão no meio de vocês e não pouparão o rebanho. Mesmo dentre vocês mesmos se levantarão homens que torcerão a verdade a fim de arrastar os discípulos”. O perigo pastoral não se limita à mera existência do erro, mas reside sobretudo no fato de ele ser ensinado por alguém que reivindica autoridade dentro do mesmo campo confessional. Nesse contexto, tal autor adquire poder e influência para apresentar seus equívocos como verdade, aumentando o risco de confusão e desvio entre os fiéis. O próprio Senhor Jesus advertiu em Mateus 7:15: — “Cuidado com os falsos profetas. Eles vêm a vocês vestidos de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores”.

Assim, quando um cristão combate erros como o Arminianismo entre protestantes, desvios cristológicos — como formas de Nestorianismo — ou ainda heresias trinitárias propagadas por teólogos que se apresentam como “reformados” ou “calvinistas”, não se trata de incoerência. “Trata-se apenas do reconhecimento de que o erro interno, dentro da própria comunhão de fé, exige correção imediata e firme. Pela própria natureza do engano, tais erros são mais difíceis de identificar; por isso, aqueles que os promovem vêm até a Igreja ‘vestidos de ovelhas’, enquanto o Senhor, que conhece o íntimo, os declara como ‘lobos devoradores’”.

10.1. OUTRO ELEMENTO ESCLARECEDOR É A DISTINÇÃO ENTRE CONSULTA INTELECTUAL E PROMOÇÃO PÚBLICA

Consultar um autor significa, simplesmente, lê-lo como fonte histórica ou intelectual. Todos os reformadores, posteriormente os puritanos ingleses e teólogos escoceses, procederam assim: — “construíram suas teologias recorrendo a diversas fontes, analisando-as criticamente”. Contudo, jamais se uniram a falsos mestres ou hereges para elaborar suas teologias, nem para supostamente “defender a verdade”; sua fidelidade à doutrina exigia discernimento e separação claras entre a verdade e o erro. Trata-se de um ato privado de investigação e aprendizado pelo primeiro princípio — “Toda verdade pertence a Deus, onde quer que seja encontrada”. Promover um autor, porém, significa ampliá-lo como referência contemporânea: — “divulgá-lo amplamente, recomendar sua autoridade ou fomentar sua influência”.

Autores históricos já falecidos pertencem, de certo modo, ao patrimônio intelectual da história; não podem ser apagados nem enfraquecidos, pois todos os que estudam chegarão eventualmente a eles. Lê-los não aumenta de maneira significativa sua influência presente. Eles são examinados como parte da tradição intelectual, seja para extrair fragmentos de verdade, seja para reafirmar sua condenação como autores equívocos ou heréticos que careciam da verdade. Nesse sentido, a leitura crítica de um autor medieval ou de um filósofo do passado não implica promover seu sistema, nem fortalecer sua autoridade eclesiástica ou posição pública.

A situação é distinta quando se trata de mestres contemporâneos, vivos. A difusão de suas ideias depende diretamente de audiência, divulgação e circulação. Segui-los publicamente, recomendar seus livros ou amplificar sua visibilidade contribui para expandir a influência de seus erros e mais ainda, pode estabelecer seus ensinamentos equivocados ou heréticos para as gerações futuras. “Isso contraria o quinhão do intelectual, que consiste em organizar a propagação do bem e da verdade. Ao agir de outro modo, ele permite que falsos ensinamentos e péssimos exemplos morais ganhem força, tornando-se parte do patrimônio histórico–doutrinário aqueles equívocos e comportamentos gerados por falsos mestres ou falsos cristãos”.

O objetivo, portanto, deve ser que tais homens e suas doutrinas sejam esquecidos, que seus ensinamentos heréticos ressuscitados do inferno sejam destruídos e que seus comportamentos imorais se tornem desprezíveis aos olhos dos jovens. “Por essa razão, muitos consideram prudente não promover autores vivos que ensinam doutrinas consideradas graves ou perigosas, mesmo que ocasionalmente afirmem algumas verdades”.

Há ainda um último aspecto que explica a diferença de atitude: — “a clareza da oposição; o erro disfarçado, pela paródia ou sutileza, é muito mais nocivo do que a heresia aberta, pois se apresenta sob aparência de verdade, enganando os incautos e tornando mais difícil sua correção”. Ao ler um autor que pertence explicitamente a outra tradição — por exemplo, um teólogo católico medieval ou um filósofo não cristão — “a distância doutrinária é evidente”. O leitor sabe que está diante de um sistema distinto e exerce discernimento natural. O contraste torna-se pedagógico.

Contudo, quando o erro aparece dentro do próprio campo confessional, ele frequentemente se apresenta revestido de linguagem ortodoxa. “A proximidade doutrinária torna a distinção mais difícil”. Por isso, historicamente, a Igreja sempre considerou necessário exercer maior vigilância contra erros internos. Como exorta Judas no versículo 3: — “Amados, embora eu estivesse muito ansioso por lhes escrever acerca da salvação que temos em comum, senti que era necessário escrever-lhes e exortá-los a lutar pela fé que foi confiada uma vez por todas aos santos”.

Exemplos bíblicos de heresias que se originaram dentro da própria Igreja evidenciam por que a vigilância interna sempre foi tão necessária. Entre eles, Alexandre e Himeneu são mencionados pelo Apóstolo Paulo como indivíduos que corrompiam a fé dentro da comunidade: — “Quanto a Alexandre, o latoeiro, o qual muito me fez; o Senhor lhe pague segundo as suas obras” (2 Timóteo 4:14, 15).

Além disso, Fileto é citado em 2 Timóteo 2 por distorcer a verdade acerca da ressurreição, alegando que ela já havia ocorrido, transtornando, assim, a fé de alguns: — “E as palavras da sua boca crescerão como gangrena; entre os quais estão Himeneu e Fileto, que se desviaram da verdade, dizendo que a ressurreição já aconteceu, e transtornam a fé de alguns” (v. 17, 18). Esses exemplos ilustram historicamente por que a Igreja sempre exerceu vigilância redobrada contra os erros internos. Nas Epístolas Paulinas, o Apóstolo Paulo instrui repetidamente sobre a necessidade de cuidado frente a desvios, sejam doutrinários ou morais, pois o erro que surge dentro da própria comunhão possui maior poder de enganar e afastar os fiéis da verdade.

11. A SÍNTESE DO PRINCÍPIO

A conclusão que se observa em Paulo possui certo caráter irônico. O Apóstolo não hesita, em algumas ocasiões, em recorrer a autores pagãos¹⁵ quando estes expressam proposições verdadeiras, e

¹⁵ Assim, as fontes pagãs tradicionalmente reconhecidas nessas passagens são Epimênides, Arato, Cleantes (possível paralelo) e Menandro. Essas citações ilustram o princípio clássico segundo o qual proposições verdadeiras podem ser reconhecidas mesmo em autores externos à revelação bíblica.

tal uso permanece registrado em seus próprios escritos inspirados (Atos 17:28¹⁶; 1 Coríntios 15:33¹⁷; Tito 1:12¹⁸); entretanto, quando a Escritura se refere àqueles que pertencem propriamente ao interior da comunidade da fé, o tom do registro torna-se severo e, por vezes, extraordinariamente grave.

O mesmo princípio aparece no ensino do próprio Senhor. Cristo advertiu repetidas vezes que o perigo mais destrutivo para a Igreja não procede primariamente de fora, mas de dentro da própria comunidade visível. Os falsos profetas surgem “vestidos de ovelhas”, embora sejam, em realidade, lobos devoradores (Mateus 7:15). Ao se observar a história da Igreja, percebe-se a repetição desse mesmo padrão.

A corrupção raramente se estabelece a partir de inimigos externos, mas quase sempre se origina no interior da própria comunidade cristã, por meio de supostos “irmãos” ou “mestres” que reivindicam autoridade espiritual. Assim, de modo recorrente, os grandes heresiarcas da história não surgem fora da Igreja, mas nascem no seu próprio seio, de onde passam a difundir os erros que posteriormente perturbam a fé dos simples.

À luz dessas distinções, o raciocínio torna-se claro. É legítimo reconhecer e receber a verdade onde quer que ela apareça, pois toda verdade procede de Deus. Entretanto, reconhecer uma verdade não significa aprovar integralmente o sistema do autor que a expressou. “Além disso, o erro que surge no seio da própria comunhão cristã requer uma correção firme e uma separação absoluta, pois possui maior poder de confundir e desviar os fiéis” (cf. Romanos 16:17; 1 Coríntios 5:11; 2 Coríntios 6:14 – 18; Gálatas 1:8, 9; Efésios 5:11; 2 Tessalonicenses 3:6; 2 Tessalonicenses 3:14, 15; 2 Timóteo 3:5; Tito 3:10, 11; 2 João 1:10, 11).

11. A SÍNTESE DO PRINCÍPIO

Finalmente, existe uma diferença moral e pastoral entre consultar intelectualmente autores do passado e promover a autoridade de mestres contemporâneos. Assim, não há incoerência em extrair a verdade presente em autores de outras tradições, ao mesmo tempo em que se combate com rigor os erros propagados dentro da própria tradição, denominação ou comunidade de fé. “Trata-se, simplesmente, de distinguir entre verdade e sistema, entre leitura crítica e promoção pública, e entre

¹⁶ “Porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos” — geralmente atribuída a Epimênides de Creta. “Porque dele também somos geração” — proveniente do poema *Phaenomena* de Arato de Solos (v. 5), expressão também muito próxima do hino a Zeus de Cleantes de Assos.

¹⁷ A frase é tradicionalmente atribuída a Menandro, provavelmente de sua peça *Thais*.

¹⁸ Paulo identifica explicitamente a origem como sendo de um poeta cretense, geralmente reconhecido como Epimênides de Creta.

o erro externo e o erro que surge dentro da própria Igreja”. Essas distinções, quando devidamente compreendidas, ordenam o pensamento e removem a aparência de contradição. Em termos simples, o pensamento pode ser organizado desta forma:

1 – “Toda verdade tem sua origem em Deus”, pois Ele é a própria verdade (*veritas prima*), de quem procede toda verdade participada. Assim, qualquer verdade encontrada no mundo — seja filosófica, científica, moral ou teológica — deriva, em última instância, do próprio Deus (cf. Tiago 1:17).

2 – “Por essa razão, é legítimo reconhecer e receber proposições verdadeiras em qualquer autor”, independentemente de sua tradição ou condição espiritual, pois a verdade não pertence ao homem que a pronuncia, mas ao Senhor que a concede. Daí a antiga máxima patrística: — “toda verdade, venha de onde vier, é do Senhor” (Agostinho).

3 – “Entretanto, reconhecer uma proposição verdadeira não implica aprovar o sistema do autor que a formulou”. A tradição escolástica distingue entre “apropriação material da verdade” e “aprovação formal de um sistema”. Pode-se receber aquilo que é verdadeiro em um escritor sem aderir à estrutura doutrinária ou filosófica que ele propõe, a qual pode conter erros (Tomás de Aquino).

4 – “O erro que surge dentro da própria comunhão cristã possui maior gravidade pastoral”, pois se apresenta revestido de linguagem ortodoxa e reivindica autoridade entre os fiéis, tornando-se mais apto a confundir e desviar o rebanho (cf. Atos 20:29, 30).

5 – “Por isso, tais erros devem ser combatidos com vigilância especial e firmeza doutrinária”, conforme as advertências constantes da Escritura contra falsos mestres que se levantam no interior da Igreja (Mateus 7:15; Judas 3).

6 – “Deve-se ainda distinguir entre consulta intelectual e promoção pública”. Ler um autor como objeto de estudo crítico pertence ao exercício legítimo da investigação intelectual; promovê-lo, porém, implica recomendar sua autoridade e ampliar sua influência, o que exige discernimento doutrinário e prudência pastoral.

7 – “Assim, não há incoerência em reconhecer a verdade presente em autores de outras tradições enquanto se combate com rigor os erros surgidos dentro da própria comunhão”. Trata-se apenas de manter distinções necessárias: — “entre verdade e sistema, entre leitura crítica e aprovação doutrinária, e entre o erro externo e o erro que se infiltra no interior da Igreja”.

Por ora, basta o que foi expendido quanto à distinção entre a apropriação da verdade e a aprovação de um sistema, bem como quanto ao dever de discernir entre a consulta intelectual legítima e a promoção pública daqueles que propagam o erro.